

FRACASSO ESCOLAR OU DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM?

Luna Régia Cabral de Oliveira Cardoso – ORCID: <http://lattes.cnpq.br/1307475785174661>

¹ Programa de Pós-Graduação em Educação. FacMais, Inhumas-GO.

O fracasso escolar tem sido um grande desafio a ser enfrentado no campo educacional brasileiro. Os índices de fracasso continuam alarmantes entre as escolas públicas, e são entendidos como repetência, evasão escolar e/ou distorção idade-série, em grande parte do tempo. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo compreender as concepções cristalizadas na prática docente, na perspectiva histórica, no que se refere à compreensão desse fenômeno. Em relação a verdadeira democratização da escola pública, e a manutenção da luta das escolas enquanto espaços de humanização são necessários uma abordagem de novas práticas pedagógicas. A superação e o enfrentamento do fracasso escolar necessitam de um aprofundamento teórico e debates coletivos dentro das instituições governamentais e de ensino.

PALAVRAS-CHAVES: FRACASSO ESCOLAR. EDUCAÇÃO. ESCOLA.

School failure has been a major challenge to be faced in the Brazilian educational field. Failure rates remain alarming among public schools, and are understood as repetition, school dropout and/or age-grade distortion, most of the time. Thus, this article aims to understand the concepts crystallized in teaching practice, in the historical perspective, with regard to the understanding of this phenomenon. In relation to the true democratization of the public school, and the maintenance of the struggle of schools as spaces of humanization, an approach of new pedagogical practices is necessary. Overcoming and coping with school failure requires theoretical deepening and collective debates within governmental and educational institutions.

KEYWORDS: SCHOOL FAILURE. EDUCATION. SCHOOL.

CARDOSO, L. R. C. O. **Fracasso escolar ou dificuldade de aprendizagem?** Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais, Luziânia, v. 3, n.4, p. - 2022.

INTRODUÇÃO:

O fracasso escolar tem sido um dos objetos de estudo e de investigação mais presentes na pesquisa educacional do país. E compreender esse fenômeno é quase que um desafio para quem trabalha na área da educação, o que nos leva à reflexão sobre a educação escolar e o processo de aprendizagem, também sobre as mudanças

Fonte de financiamento: Própria
Conflito de interesse: Não
E-mail do autor-correspondência. lunaregiacabral@gmail.com
Data de recebido. 19/12/2022
Data de aprovado. 31/12/2022
Editor: Marcelo Máximo Purificação.



sociais e culturais na atualidade devido as transformações do modo de produção econômica que fomentam mudanças na vida e estrutura familiar.

No campo educacional, as produções teóricas têm sinalizado pontos significativos sobre esse fenômeno, que emerge e se materializa em nossa sociedade de modo devastador. Pesquisas relacionadas ao assunto têm avançado no Brasil, mas é certo que há um longo caminho a ser percorrido para que de fato possa ser (re)construído novos conceitos sobre o tema tão presente nas escolas públicas de nosso país.

Partindo da hipótese de que a realidade social se dá historicamente e traz consigo discussões que, ora apontam mudanças para a reprodução das relações sociais, ora consideram o contexto histórico-social-político-cultural em que está inserida. Quando se falar em abordar o fracasso escolar dentro da escola pública, é necessário, uma contextualização, e ainda, uma historicização.

Faz-se necessário uma reflexão a esse respeito, compreender como se qualificou ao longo da história, numa tentativa de desvendar seus aspectos fundamentais com o objetivo de promover uma análise, um diálogo no campo educacional. De acordo com Charlot (2000, p. 41), “a experiência escolar é, indissociavelmente, relação consigo, relação com os outros (professores, colegas), relação com o saber”.

Esta contextualização se dá, visto que as altas taxas de evasão e repetência no sistema de ensino público do país não são recentes, mas sim um fenômeno que acontece há vários anos e pouco se tem feito para alterá-lo, propiciando assim, esse marco na sociedade que foi se construindo historicamente desde a democratização da escola pública.

O fracasso escolar tem uma história, carregada de preconceitos, hostilidades e discriminações e esse fato, na maioria das vezes, está relacionado à pobreza que acarreta em uma naturalização do baixo desempenho na escola, em especial no que diz respeito às classes menos privilegiadas.

Em sua pesquisa sobre Raízes históricas das concepções sobre o fracasso escolar, Patto (1999) elucida como a compreensão do fracasso escolar sempre esteve diretamente ligada ao modo capitalista, abordando questões políticas que propiciam os problemas escolares, tornando evidentes o interesse e a manipulação das classes dominantes e como esse discurso preserva a situação de influência sofrida pelas classes dominadas.

A reprovação e a evasão na escola pública de primeiro grau continuam a assumir proporções inaceitáveis em plena década de oitenta. Este problema revela-se tanto mais grave quanto mais a análise dos números referentes às décadas passadas indica sua antiguidade e persistência (...) Ao longo dos sessenta anos que nos separam do início da instalação de uma política educacional no país, sucessivos levantamentos uma cronificação deste estado de coisas praticamente imune às tentativas de revertê-lo, seja através de reformas educacionais, seja através da subvenção de pesquisas sobre suas causas, seja pelo caminho de medidas técnico-administrativas tomadas pelos órgãos oficiais (Patto, 1999, p. 19).

O censo escolar de 2021, registra que 26,5 milhões de estudantes matricularam no ensino fundamental. Número 3% menor que o registrado no ano de 2017. Registra também que a distorção idade-série teve uma queda no último ano, passando de 17,8% em 2020 para 15,6% em 2021 (INEP, 2021).



No entanto, o fato dessas crianças e adolescentes estarem nas escolas e o número da distorção idade/série ter diminuindo, não garante o desenvolvimento e o aprendizado dos estudantes, nem tão pouco concebe uma igualdade de escolarização a todos. Os altos índices de reprovação e evasão, também o grande número de pesquisas voltadas para a causa demonstram que o fracasso escolar encontra-se presente na realidade do ensino brasileiro de maneira alarmante.

Posto isso, pretendemos compreender o movimento da produção do fracasso escolar e de que maneira esse fenômeno tem se naturalizado nas escolas públicas do país, não na busca de respostas, mas de uma investigação de conjunturas que possibilite o entendimento a respeito do assunto em pauta.

FRACASSO ESCOLAR: UM POUCO DA HISTÓRIA

Devido às transformações do modo de produção econômica, social e cultural que fomentaram mudanças na vida e estrutura familiar no século XXI, é válido recordar e deixar explícito que o ponto de vista da educação, a qual trabalhamos, refere-se não só a ação de ensinar, bem como a um ato que tem como objetivo a formação humana, em sua totalidade, uma formação omnilateral.

É por meio da educação que o indivíduo buscará sua liberdade, no sentido de fazer suas próprias escolhas, ter o poder e o direito de voz, de ação, por vontade própria, de lutar por uma sociedade democrática, contrária ao modo neoliberalista que tira a possibilidades e o direito de ser cidadão crítico e atuante.

A grande luta pela Escola Pública de qualidade acontece porque não existe organização social sem Estado, isso se deu após a divisão da sociedade em classes antagônicas. Esse Estado é sempre aquele que considera o pensamento da classe dominante, ou seja, aquele que constrói as condições para um maior desenvolvimento da elite.

Assim, “[...] com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial a burguesia conquistou, finalmente, o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno” O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa... (MARX; ENGELS, 2008, p. 11-12).

Retomando a dinâmica da historicidade, as dificuldades de aprendizagem dos alunos oriundos de seguimentos sociais explorados, sempre foram as circunstâncias para as diferenças das classes sociais, no contexto global, se manterem de forma hegemônica no poder.

Com o fim da Primeira República percebe-se o imponderado crescimento da rede pública de ensino e o expressivo número de analfabetos, índice que atingiu 75% da população. Durante o período, houve reformas educacionais, ocorreu a ampliação do ensino primário, investimento na formação dos professores, embora esses investimentos foram bem dispersos.

Diante disso, as oportunidades de escolarização para as camadas populares continuaram reduzidas, visto que, o número de escolas era restrito e o público seletivo. Ou seja, a escassez de investimento na educação primária se mostra evidente desde o início do século XX.



Nesse período, a educação buscou suporte na psicologia, estabelecendo uma nova relação entre as áreas da pedagogia e da psicologia na tentativa de esclarecer o problema do fracasso escolar conceituando-o ao desenvolvimento psicológico e pautando-se em diagnóstico e prevenção.

A principal finalidade dos testes psicológicos, não era a de classificar e intervir, mas de estudar experimentalmente a mente humana e seu desenvolvimento. O início do diagnóstico médico desses casos de dificuldade de aprendizagem dão origem a medicalização do fracasso.

Nos anos de 1940, a psicologização da dificuldade de aprendizagem tornou-se uma tendência, sendo levada às últimas consequências. Em relação à isso, Patto (1999, p. 67), defende que “a nova palavra de ordem é a higiene mental escolar... E os mais prováveis destinatários deste diagnóstico foram, mais uma vez, as crianças provenientes dos segmentos das classes trabalhadoras dos grandes centros urbanos, que tradicionalmente integram em maior número o contingente de fracassados na escola”.

Período em que a explicação passa a ser cultural, deixando de ser racial, afirmando existência de culturas inferiores e abandonando a cultura de raças inferiores. Começa a difundir a ideia de que o meio cultural ao qual fazem parte crianças pobres, é escasso de habilidades, hábitos, normas, valores que dificultam seu aprendizado.

Nesse contexto, pesquisas sobre o fracasso escolar eram intensificadas, com viés sobre as possíveis causas das dificuldades de aprendizagem escolar, buscava-se em diferentes indivíduos aspectos psicossociais que eram incompatíveis com a aprendizagem, por meio de testes psicodiagnósticos, de personalidade e aptidão e programas de educação compensatória.

Nesse sentido,

O movimento de higiene mental, [...] ele também colaborou para justificar o acesso desigual das classes sociais aos bens culturais, ao restringir a explicação de suas dificuldades de escolarização ao âmbito das disfunções psicológicas. [...]. Seu prestígio foi tão forte que suplantou, na explicação do fracasso escolar, uma das premissas do pensamento escolanovista que não podia ser negligenciada: a de que a estrutura e funcionamento da escola e a qualidade do ensino seriam os principais responsáveis pelas dificuldades de aprendizagem (PATTO, 1999, p.68-69).

Ademais, a elucidação para o fracasso escolar fundamenta-se fortemente na chamada teoria da carência ou privação cultural, desenvolvida em meados da década de 60 nos Estados Unidos. Período auge dos movimentos reivindicatórios de minoria étnico-raciais mais atingidos pela exploração econômica e pela dominação cultural que não aceitam a desigualdade e a denunciaram. No Brasil, essa teoria atingiu seu ponto mais alto nos anos 70, influenciando as políticas educacionais e as explicações para as causas do fracasso.

Partindo desse pressuposto, até a década de 1970, as explicações acerca dos fatores responsáveis pelo fracasso escolar eram influenciadas tanto por características biológicas, quanto pelas psicossociais dos estudantes. Desse modo, os aspectos funcionais e estruturais de todo o sistema de ensino eram prejudicados. Ademais, esse termo social era colocado tendo como base um significado de deficiência, déficit cultural, ante aqueles usuários de instituições públicas, o que não contempla a relação estrutural em que a sociedade é organizada.



No âmbito dessa teoria, os alunos procedentes das camadas menos privilegiadas apresentam déficit ou privação cultural quando comparados a alunos das camadas mais privilegiadas, em decorrência do meio social em que vivem. Percebe-se que, o que exterioriza o fracasso escolar não considera os fatores funcionais, estruturais e interescolares do mesmo.

Até a década de 80, todos os esforços para explicar o fracasso escolar eram apontados para culpabilizar o aluno, que sofria o fracasso e sua família. Raras vezes, esse foco voltou-se para a instituição escolar, mas quando fizeram foi tendo como objetivo conferir culpa aqueles que nela trabalham, e não relacionar o problema com o contexto social e político com um fator determinante do problema.

Foi no final da década de 80 que despontou o marco na construção do processo de democratização do acesso à educação básica. Direito reconhecido e outorgado na Constituição Federal de 1988 que, no Art. 205, garante a educação como direito de todos e dever do Estado e no Art. 208 estabelece a gratuidade e obrigatoriedade de acesso e permanência a todas crianças e jovens dos sete aos quatorze anos de idade, hoje, dos quatro aos dezessete anos. Alunos que ao longo da história foram colocados à margem da vida escolar, registrando expressivos índices de analfabetismo no país, realçando uma profunda desigualdade educacional.

O novo modelo de escola fomentou o processo de universalização do Ensino Fundamental, criando possibilidades de acesso à educação, instaurando assim um misto de classes dentro das escolas. Com a expansão do número de vagas e o acesso à escola pública de Ensino Fundamental, uma nova realidade no sistema público de ensino foi instaurado. Segundo Campos (2000, p. 3), após a década de 1980, a discussão sobre os problemas da educação deslocaram-se do eixo da igualdade de oportunidades para o eixo da garantia da qualidade, associada ao processo pedagógico em função da permanência do aluno na escola.

O discurso por um lado era que a expansão de matrículas levaria a perda da qualidade do ensino e, por outro, que a escola democrática e acessível a todos, não seria uma escola pior, mas sim uma escola diferente daquela contemplada por poucos. Aspecto que sempre gerou embates entre interesses da sociedade e classe dominante.

Diante desse cenário, o debate sobre fracasso escolar deve ocorrer no cerne da formação social e histórica do tema, o lugar das classes populares precisa ser articulado em relação à escola. A universalização do ensino foi uma reivindicação e conquista dos trabalhadores e esse direito está garantido por lei, entretanto, não significa que o aprendizado escolar seja para todos, vivenciamos altos índices de repetência e evasão nas escolas públicas brasileiras, também o de crianças sem o acesso à escola, um grande desafio contemporâneo que precisa ser superado pela educação pública no Brasil.

FRACASSO ESCOLAR: UMA REALIDADE BRASILEIRA

O processo de democratização da educação no Brasil tem sido resultado de muitas lutas entre categorias com interesses diversificados. Os avanços alcançados foram construídos em movimentos de luta pela conquista de uma escola pública de qualidade, vez que, ainda havia restrições à escolarização, inclusive ao Ensino Fundamental e o Estado não representava o interesse das classes populares.



A partir do momento que essa camada social entrou para a escola, o fracasso escolar cresceu, revigorando a exclusão praticada em diversos momentos históricos. No entanto, as transformações do modo de produção econômica no período, promoveram mudanças na vida e estrutura das famílias. Com isso, a responsabilidade pela educação das crianças deixou de ser somente da família, a escola começou a participar do processo com a expansão de suas finalidades educativas.

Foi incluído na educação escolar, hábitos, boas maneiras e preocupações intelectuais, criando assim, a necessidade de padronização do comportamento das crianças para o controle do ensino. Dessa forma, desenvolve-se no Brasil uma política de expansão e universalização do ensino, surgindo paralelamente uma preocupação com o ensino e necessidade de padronização.

Exposto isso, percebe-se que desde o final do século XX, os resultados quantitativos no sistema de ensino do Brasil começam apresentar resultados satisfatórios fazendo com que despontasse como promotor de oportunidades escolares para todos, entretanto, apresenta-se também, evidências de que as oportunidades para as classes menos privilegiadas precisavam ainda se aproximar das categorias profissionais.

As camadas subalternas estavam inclusas no processo da democratização ficando até então à margem do sistema de ensino. Esse contexto colaborou para apontar um sistema de ensino fragmentado, excludente, desigual, no qual passou a evidenciar desvantagem para esses alunos através dos altos índices de repetência, evasão escolar e distorção idade-série.

Essa trilogia: repetência, evasão escolar e distorção idade-série passaram a ser caracterizados como sendo alguns dos fatores, para os pesquisadores da área, definidos como sendo fracasso escolar. Assim sendo, desde a escolarização obrigatória vem adotando-se a necessidade de apresentar resultados nos sistemas de ensino desconsiderando as variações do contexto da aprendizagem e as relações nela existentes.

O termo fracasso escolar é bastante difuso, porém para alguns pesquisadores, em se tratando de baixo rendimento escolar dos alunos, seguido de reprovações e de um provável abandono escolar, a expressão não seria adequada podendo ser qualificada como uma espécie de anúncio de catástrofe do ensino público.

Segundo Marchesi e Pérez, (2004, p. 19), “o fracasso escolar não é um problema somente educacional. É também um problema com enormes repercussões individuais e sociais”. Contudo, percebe-se que a qualidade no processo educacional está associada ao aprendizado dos alunos, eficácia dos professores, serviços públicos, desigualdade de oportunidades, escassez de investimento no sistema educativo e diferentes modos de vida.

Aos olhos de uma parcela da sociedade e comunidade escolar, a reprovação é algo natural, uma característica peculiar da escola, até mesmo imprescindível ao processo de ensino e aprendizagem. Para estudiosos da área, são indicadores da inabilidade do sistema educativo público do país.

Marchesi e Pérez expõe de maneira clara esse aspecto:

A repetência reforça o círculo vicioso das baixas expectativas, do baixo rendimento, da baixa autoestima e do fracasso escolar. Os pais interpretam as baixas qualificações de seus filhos como um sinal de sua incapacidade para aprender. Dessa forma, a repetência reforça as piores



expectativas dos pais em relação a seus filhos, seu futuro e sua própria condição familiar (MARCHESI e PÉREZ, 2004, p.39).

Não poderia deixar de citar Patto (1989), que destaca:

“O arbitrário nas relações com os alunos e suas famílias está muito presente nas instituições escolares que atendem aos segmentos mais pobres da classe trabalhadora. Assim, a melhoria da qualidade do ensino público passa por espaços externos à escola: a transformação de “clientes”, de “favorecidos” em cidadãos com condição imprescindível à maior eficiência dos serviços públicos em geral” (PATTO, 1989, p. 299).

Posto isso, observa-se que na maioria das vezes, os alunos e sua família são culpabilizados pelo fracasso escolar para que a enorme desigualdade social, resultante de um sistema político e econômico do país, tão ou mais motivador da situação, seja encoberto até mesmo responsabilizado. Não se pode culpar uma pessoa ou um grupo por essa situação, visto que, o processo de aprendizado não acontece de forma linear, é preciso que haja uma organização na construção desse saber.

Caberia à escola como instituição de ensino, a construção de estratégias que contemplem as diferenças individuais e dos grupos permitindo assim, o desenvolvimento das potencialidades dos alunos. Professores e alunos vivem em constante situação de desamparo por parte do Estado, com expectativas em relação a avaliação pedagógica, o poder em avaliar o aprendizado das crianças sempre se repetem.

A avaliação que a criança é submetida, não considera a complexidade do sistema no quesito produção da educação de massa, possibilitando assim que problemas de ordem social, institucional e pedagógicos sejam conduzidos como problemas individuais, até mesmo de ordem mental, isentando a escola e o Estado da responsabilidade de melhorias nas condições do ensino público.

Assim sendo, são consideradas tão-somente as dificuldades individuais em relação ao aluno. A sua história, as condições sociais, as relações do indivíduo com o ambiente escolar e sua constituição familiar não são ponderados. “O aluno – proveniente, em sua maioria, de ambientes econômica e culturalmente desfavorecidos(...)chega à idade escolar sem condições de cumprir o que a escola exige dele.” (POPPOVIC, 1977 *apud* PATTO, 1999, p. 145).

Desde a escolarização obrigatória, desconsideram-se as múltiplas determinações do contexto da aprendizagem e as relações nela existentes, condutas típicas do capitalismo, são concebidas a necessidade em apresentar resultados nos sistemas de educação. São negados instrumentos culturais que por vezes poderiam impulsionar o aprendizado. A valorização de comportamentos tidos como inadequados, acabam por atenuar o pensamento de um grupo social.

Outro ponto importante são os encaminhamentos das crianças para serviços de saúde. Profissionais da educação e da saúde, indicam os problemas do não aprender na escola e o comportamento inadequado como problemas biológicos, e colocam em foco sobretudo as disfunções neurológicas. As escolas, por sua vez, a fim de que o aluno consiga aprender, acaba encaminhando-o para o serviço de saúde.

O papel da escola deveria ser o de ensinar o aluno, entretanto frente a essas dificuldades percebe-se que há a existência de uma cultura em que o aluno deva ter



habilidades e competências já estabelecidas ao se inserir na escola, caso não tenha será encaminhado para o serviço de saúde para adquirir. Desse modo, a escola se isenta do diálogo e da reflexão sobre o fracasso no seu interior, enquanto isso o currículo, as metodologias e o processo avaliativo continuam sem passar por nenhuma adequação.

A preocupação com os problemas de comportamento do aluno, também são motivos de encaminhamento para o serviço de saúde. Cabe uma reflexão: Esses problemas de comportamento não são resultados da dificuldade que o aluno encontra na aprendizagem? De modo geral, os efeitos causados são bastantes perversos, principalmente em alunos vindos de camadas populares, cujas famílias depositam expectativas na escola em relação ao futuro desses indivíduos. O que se percebe é que a escola tem muita dificuldade em ensinar e não sabe lidar de maneira pedagógica com os obstáculos relacionados ao processo de escolarização.

Fundamentar esse fracasso em bases tão instáveis retira da escola a possibilidade de (re)pensar sua parcela de responsabilidade nos resultados dos alunos. Não esquecendo também, que os mecanismos que legitimam as camadas mais privilegiadas são perversos ao justificar que alguns comportamentos de famílias consideradas como desestruturadas esteja fadado à punição e recriminação.

Essa discussão se faz necessária para que não haja equívocos quanto a progressão do aluno no campo do conhecimento e do desenvolvimento pessoal e social durante a vida escolar. As limitações das escolas, também devem ser consideradas, por vezes contribuem para esse afastamento das famílias e dos alunos.

Centrar o fracasso no aluno e na sua família é preservar o Estado de suas responsabilidades com a sociedade e com o sistema educacional como todo. Faz-se necessário uma educação com pauta no diálogo e na reflexão da verdadeira situação de exclusão dessa camada social, atribuindo muitas das vezes à criança pobre a dificuldade em lidar com o conhecimento.

Esse fenômeno (fracasso) quando analisado e contextualizado historicamente, torna-se possível observar que seus fundamentos são atribuídos mais aos fatores internos da criança, no entanto os fatores externos à escola são postos em segundo plano. Entretanto, as práticas pedagógicas exercem um papel fundamental no aprendizado do estudante, questão pouco discutida.

As práticas pedagógicas no interior das escolas precisam de constante avaliação e reflexão sobre seus principais elementos estruturantes, entre eles a metodologia de trabalho do professor, o processo avaliativo, relação professo-aluno, gestão escolar, currículo. Esse diálogo com as práticas pedagógicas tem que ocorrer de modo cauteloso, com vistas nas finalidades da escola.

Isso resulta no reconhecimento do que é primordial, fundamental e vital para a seleção do conteúdo e do trabalho pedagógico no que se refere à resistência ao tempo quanto à função escolar. Currículo seria a organização das atividades distribuídas no tempo e espaço escolar, deve-se também, estruturar os meios pelos quais cada indivíduo realizará suas produções, ou seja, assimile o saber sistematizado.

O papel da instituição perante a superação do fracasso escolar é fundamental, no entanto, faz-se necessário um maior conhecimento de seus fundamentos. Por outro lado, que desempenhe seu papel no processo de propagação do conhecimento científico, de forma que auxilie o aluno no desenvolvimento da criticidade, e contribua para que a sociedade se transforme em um ambiente mais democrático.



Dessa forma, Libâneo (1989, p. 87), defende que o processo de democratização da escola pública, é algo que extrapola a democratização do acesso. O autor diz ainda que esse processo: “passa pela adequação pedagógico-didática à clientela majoritária que frequenta essa escola para garantir a democratização do conhecimento”.

Entretanto, a escola tem um grande caminho a percorrer neste aspecto aqui estudado, e, também no sentido de diminuir os elevados índices de evasão, reprovação e distorção idade-série. Para tanto, a educação escolar tem que ter como propósito a perspectiva de construção do conhecimento e não a mera transmissão de conteúdo. A escola pública tem que atender os interesses daqueles que a frequenta, os filhos da classe menos favorecida. Ser um espaço educacional que proporcione a qualidade para todos, uma vez que todo indivíduo tenha a capacidade de aprender de acordo com seus interesses e seu ritmo.

Hoje, os desafios da escola são outros. É fundamental que se estabeleça condições adequadas que atendam a diversidade dos alunos que dela participa. Considerar essa diversidade, são requisitos para a transformação da sociedade que é pautada na exclusão e necessário se faz a renovação da estrutura educacional para o alcance da melhoria da qualidade do ensino.

Os professores tem um grande desafio para garantir uma aprendizagem adequada aos estudantes, visto que é preciso mais do que habilidade e competência na elaboração de estratégias de ensino criativas e eficientes. Faz-se necessário uma troca constante de conhecimentos, o professor não é mais o único detentor do conhecimento e a memorização precisa ser substituída pela interpretação e compreensão do saber.

A ação de ensinar não se limita a simples exposição dos conteúdos, necessário se faz a inclusão do resultado bem sucedido do que se pretende fazer, sendo assim o apoderamento do objeto de estudo deverá também estar agregado ao conhecimento trazido pelo aluno. Esse papel do professor no qual ele propõe e coordena estratégias compostas por suas ações e dos alunos que visam práticas cada vez mais elaboradas é a mediação.

A escolha de estratégias que visam atingir o domínio de técnicas diversificadas, aulas mais flexíveis, interessantes e motivadoras é essencial, em função da aprendizagem de todos os alunos não acontecerem da mesma forma. O estudante é capaz de reconstruir o objeto apreendido pela concepção de noções e princípios, associando ideias, entrelaçando consequências pessoais e inéditas até que atinja seus objetivos propostos e esperados.

Em virtude das novas estruturas, a família muitas vezes não está conseguindo desempenhar sua parcela na educação dos filhos, dado isso é exigido da escola uma ressignificação das práticas educativas, voltando-se mais a formação à educação integral dos estudantes. Estudantes que por sua vez, queremos mais críticos e conscientes, no sentido da obediência cega, voltados para o futuro e que a partir da crítica e do conhecimento tomem decisões consciente, criem suas próprias alternativas de luta e ação.

No contexto atual é fundamental discutir e atualizar o processo de avaliação da escola e dos alunos para que a construção do conhecimento realmente aconteça. Com a evolução tecnológica no mundo, percebe-se que muitas escolas não agregaram ao seu cotidiano o progresso a partir do uso das novas tecnologias em



sala de aula. Nossos estudantes continuam sendo avaliados, quase que exclusivamente, pelo instrumento denominado prova, que parte de conteúdos descontextualizados baseados em informações memorizadas. No entanto, fazer uma análise das ações de caráter punitivo são essenciais para a melhoria do ensino.

Deste modo, ao partir da hipótese de que a educação escolar é um fenômeno social, e não está isolada das demais relações sociais, traz um diálogo com todas as outras relações presentes na sociedade. A escola, por si só, não é capaz de transformar toda uma sociedade sozinha, ela é responsável por contribuir para que a sua forma de organização seja transformada, independente se a sociedade em si é capitalista, excludente e exploratória. Dessa forma, a instituição escolar, serve como espaço em que solidifica-se a exclusão, ou posiciona-se, tornando-se um espaço de aprendizagem para todos que nela ingressarem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após estudos realizados, podemos afirmar que superar o fracasso escolar é um desafio para a Educação Brasileira, vez que deve ser trabalhado pela óptica de sua totalidade, ao considerar os seus múltiplos fundamentos. Assim, tem-se que esse fracasso é fruto das relações presentes na dinâmica entre a sociedade, a escola, o aluno e a família, influenciados pelas práticas pedagógicas e políticas educacionais. Ademais, o enfrentamento desse desafio é de toda a sociedade, pois os altos índices de evasão, repetência ou aprovação sem assimilação do conhecimento poderão comprometer o futuro do país, no que se refere tanto ao desenvolvimento econômico, quanto ao sociocultural.

Questões relacionadas à compreensão do fracasso escolar exige um maior aprofundamento nas discussões dentro dos órgãos governamentais e instituições de ensino visando a superação e organização de ações de sucesso no âmbito educacional. É preciso repensar concepções e propostas para a construção de um novo conhecimento acerca do que já está posto.

A escola tem que romper com as práticas cristalizadoras que rotulam crianças pobres e ser pensada como espaço de reflexão a respeito dos problemas educacionais. Deixar de culpabilizar ou patologizar o aluno de forma isolada pelo seu fracasso, não considerando seu contexto social, político e econômico, trabalhando na perspectiva do “aluno ideal”, prevalecendo a ideologia liberal de que o sucesso ou o fracasso é unicamente responsabilidade do indivíduo, enquanto o ponto de partida para o trabalho educativo, deve ser a valorização do conhecimento trazido pelo aluno e a capacidade e ritmo de aprendizagem de cada um.

A educação além de servir como meio de apropriação do saber historicamente acumulado, deve se revelar como um fator de transformação social ao ser apropriado pelos filhos classe trabalhadora, servirá como elemento de sua autonomia e emancipação cultural na luta pela construção de uma nova ordem social, além da finalidade maior, que é a consciência de classe. Caso a atual realidade da escola permaneça, ela estará prestando um desserviço educacional agindo no sentido contrário deste princípio, além de correr o risco de ver sua clientela reduzindo cada vez mais nos próximos anos.

Portanto, espera-se que este artigo venha contribuir com as discussões a respeito do fracasso escolar, tema que gera muitas discussões e aprofundamento de todos e de cada um dos envolvidos em educação pública.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 de out. de 2022.

CAMPOS, M. M. A qualidade da educação em debate. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo, n. 22, p. 5-35, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2215>. Acesso em: 12 de out. de 2022. DOI: 10.18222/eae02220002215

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico social dos conteúdos.** 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

MARCHESI; PÉREZ In: MARCHESI, A. e GIL, C. H. (Orgs). **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural.** Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PATTO, M. H. S. (org.). **Introdução à Psicologia Escolar.** 2ª ed. Ver. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

POPPOVIC, A. M. Programa Alfa: um currículo de orientação cognitiva para as primeiras séries do 1º grau inclusive crianças culturalmente marginalizadas visando o processo de ensino aprendizagem. In **Cadernos de Pesquisa.** Fundação Carlos Chagas, São Paulo – jun de 1977.